

Rui Falcão lança candidatura à presidência do PT em evento realizado em São Paulo

22/04/2025

Deputado afirmou que é necessário conter o avanço da extrema-direita no mundo. No cenário nacional, defende a reforma da renda para trazer igualdade e o fim da escala 6X1



Foto: Priscila Ramos

O deputado federal Rui Falcão (PT-SP) lançou sua candidatura à presidência do PT em evento realizado na noite de segunda-feira (14), em São Paulo. Rui estava ao lado de diversas lideranças do partido e destacou a necessidade de combater o avanço da extrema-direita, além da grave crise do capitalismo mundial. [O Processo de Eleição Direta \(PED\) 2025 ocorrerá no dia 6 de julho](#), quando será realizada a votação que irá eleger representantes de diretorias municipais, estaduais e nacional.

Em um discurso focado no papel do PT na democracia brasileira e sua posição como uma sigla de destaque na política global, Rui se lançou candidato e destacou figuras históricas do partido, como o ex-presidente nacional do PT José Genoíno.

O PT precisa estar à altura da grave crise do capitalismo mundial e dos regimes de democracia liberal, cujos tentáculos sufocam o nosso país. O crescimento da extrema direita, ameaça política mais imediata, é produto da decomposição de um sistema que nada mais tem a oferecer senão empobrecimento, desigualdade, destruição ambiental, autoritarismo e guerras”, destacou.

O deputado destacou que é necessário reagir frente ao avanço de extremistas. “É urgente afrontarmos a desordenada ruína da dita ordem neoliberal da qual Trump é só uma das expressões mais mórbidas. Nosso partido não pode acomodar-se ao banho-maria de um fim de ciclo estendido ao limite de um tipo de fascismo”, alertou.

Ele destacou a importância de manter uma busca constante em prol da igualdade e ressaltou os 45 anos do PT. “O PT buscará conquistar a liberdade para que o povo possa construir uma sociedade igualitária, onde não haja explorados nem exploradores. Passados 45 anos, devemos reafirmar o nosso horizonte histórico,

sem receios nem vacilações: a democracia pela qual lutamos somente será possível com a construção de uma sociedade socialista, na qual o poder político e as riquezas da nação estejam sob a direção das classes trabalhadoras”, completou.

Palestina

Para destaca a relevância em defender povos oprimidos no mundo, Rui Falcão chamou atenção para o genocídio do povo palestino, atacado por Israel com uma força bélica que deixa milhares de mortos. “Eu fiz questão de visitar, antes de assumir essa candidatura, a Embaixada da Palestina em Brasília. Nada é mais simbólico, nos tempos atuais, que a resistência do povo palestino contra o genocídio cometido pelo Estado de Israel, apoiado pelos Estados Unidos e as demais potências capitalistas”, disse ele.

O deputado destacou os avanços do governo Lula, como a reforma da renda, por meio do projeto enviado ao Congresso que isenta quem ganha até R\$ 5 mil de pagar imposto de renda. Mas afirmou que são necessários mais avanços, como o fim da escala 6X1.

“Podemos e devemos propor um conjunto de reformas estruturais. A começar pela reforma do imposto de renda, já apresentada pelo governo, que isenta o pagamento para quem ganha menos de cinco mil reais mensais e que taxa os super-ricos. Mas é premente dar centralidade à luta contra a escala 6 x 1, com redução da jornada para 36 horas semanais sem redução salarial, e à reforma agrária, à construção de uma política de segurança pública que desmilitarize o aparato policial, à retomada do debate sobre a reforma política e à pressão por uma emenda constitucional que ponha fim à histórica tutela das Forças Armadas sobre a nação”, completou.

Leia a íntegra do discurso do deputado Rui Falcão:

Companheiras e companheiros

Antes de mais nada, quero saudar toda a militância presente aqui nessa noite e também os que nos acompanham pelas redes sociais. Sabemos que essa militância dedicada e aguerrida é a seiva do Partido dos Trabalhadores.

Também cumprimento os integrantes da mesa, especialmente os representantes das correntes partidárias que organizaram esse encontro.

A todas e a todos dirijo meu abraço camarada, na figura do companheiro José Genoíno, histórico combatente da resistência à ditadura militar e ex-presidente nacional de nosso partido.

Igualmente agradeço a saudação enviada pelos companheiros Valter Pomar, candidato a presidente do PT pela Articulação de Esquerda, e pelo Romênio Pereira, postulante pelo Movimento PT.

Saúdo, por fim, as lideranças de movimentos sociais engajadas nessa jornada, ao agradecer a presença de João Paulo Rodrigues, da direção do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, o MST, que aqui trouxe a energia de mais um Abril Vermelho na luta pela reforma agrária.

Mais que tudo, registro a presença da minha companheira de várias décadas, a Cris Figueiredo, nem sempre paciente com a minha proverbial ranzincice, mas imensamente solidárias nos bons e maus momentos. A ela devo muito por ter chegado até aqui.

Companheiras e companheiros

Vamos direto ao ponto. Aceito com humildade e honra a missão que me foi designada por vários coletivos: sou candidato a presidente nacional do Partido dos Trabalhadores e disputarei essas eleições para vencê-las em 6 de julho.

Estou convencido de que essa candidatura é essencial para que o nosso partido esteja efetivamente preparado para as batalhas que se avizinham e para que o presidente Lula possa conquistar um quarto mandato em 2026.

O PT precisa estar à altura da grave crise do capitalismo mundial e dos regimes de democracia liberal, cujos tentáculos sufocam o nosso país. O crescimento da extrema direita, ameaça política mais imediata, é produto da decomposição de um sistema que nada mais tem a oferecer senão empobrecimento, desigualdade, destruição ambiental, autoritarismo e guerras. É urgente afrontarmos a desordenada ruína da dita ordem neoliberal da qual Trump é só uma das expressões mais mórbidas. Nosso partido não pode acomodar-se ao banho-maria de um fim de ciclo estendido ao limite de um tipo de fascismo.

Não pode haver dúvidas, especialmente nesse momento da história, qual é o projeto civilizacional que nosso partido defende desde sua origem. Repito, uma vez mais, passagem seminal de nosso manifesto de fundação, publicado ainda durante a tirania dos generais:

“O PT buscará conquistar a liberdade para que o povo possa construir uma sociedade igualitária, onde não haja explorados nem exploradores.

Passados 45 anos, devemos reafirmar o nosso horizonte histórico, sem receios nem vacilações: a democracia pela qual lutamos somente será possível com a construção de uma sociedade socialista, na qual o poder político e as riquezas da nação estejam sob a direção das classes trabalhadoras.

Não é possível derrotar as forças conservadoras e reacionárias sem dizermos claramente que só haverá um futuro melhor para os trabalhadores se os modelos econômicos e políticos gerados pelo capitalismo forem derrotados.

A última frase de nossa carta fundacional também é emblemática:

“O PT manifesta sua solidariedade à luta de todas as massas oprimidas do mundo.”

Eu fiz questão de visitar, antes de assumir essa candidatura, a Embaixada da Palestina em Brasília. Nada é mais simbólico, nos tempos atuais, que a resistência do povo palestino contra o genocídio cometido pelo Estado de Israel, apoiado pelos Estados Unidos e as demais potências capitalistas.

Nosso partido precisa preservar, com altivez, sua trajetória anticolonial e antiimperialista. A construção de um bloco contra-hegemonico deve ser reafirmada como eixo principal da política externa defendida pelo PT, com o objetivo de libertar os povos do mundo das amarras ainda restantes da ordem unipolar forjada nos anos 90. Por isso, também, expressamos nossa fraterna solidariedade a todos os povos e nações, como Venezuela e Cuba, que sofrem com o infame bloqueio e com as ameaças do imperialismo.

Essa perspectiva internacional se integra aos desafios locais.

O Brasil está premido pelo confronto entre as forças democráticas e populares, de um lado, e extrema-direita, de outro. Essa contradição, decisiva no período atual, expressa a disputa entre campos antagônicos.

Portanto, qualquer tentativa de esmorecer ou enfraquecer essa polarização inescapável, ainda mais de forma unilateral, desarmaria perigosamente o governo Lula e o PT. A vitória sobre o bolsonarismo e seus cúmplices somente será possível se a esquerda reforçar sua identidade programática e difundí-la cada vez com maior coragem e vigor.

Não será possível derrotar a extrema-direita se a questão democrática estiver dissociada da luta frontal contra o neoliberalismo.

O fascismo contemporâneo é fruto dessa etapa do desenvolvimento capitalista, na qual, a expropriação, a exploração, a devastação ambiental, a acumulação de riquezas dependem do arrocho de salários e direitos,

da privatização de ativos do Estado e do controle dos fundos orçamentários. Não nos iludamos, pois, com a expectativa de indulgência por parte dos mercados

Fenômenos como o bolsonarismo, de forma semelhante ao que se passa em outros países, têm origem em setores empresariais que aspiram modelos de governo ainda mais autoritários para impor com velocidade e radicalidade as reformas liberais de seu interesse.

A extrema-direita atual, como o nazismo e o fascismo fizeram no século passado, se apropria retoricamente dos estereótipos do modelo econômico e político vigente para impor seus valores, suas ideias, apontando o hipercapitalismo como uma solução antissistema.

Maiores serão as dificuldades se o governo Lula e o PT não demonstrarem claramente que seu programa é a superação desse sistema pela via da radicalização democrática, do desenvolvimento acelerado e sustentável, da soberania nacional, da justiça social, da busca do bem-viver.

Somente iremos construir uma nova correlação de forças, na sociedade e nas instituições, se o partido e o governo deixarem patente que lutamos para enterrar essa ordem moribunda, esforçando-nos para educar, informar, organizar e mobilizar o povo nessa direção. Essas tarefas devem integrar uma nova cultura partidária na qual a formação e a comunicação se transformem em instrumentos de organização e mobilização.

São fundamentais e alvissareiros os enormes avanços do governo Lula na reconstrução das políticas públicas e na conquista de indicadores econômicos positivos – como o crescimento do PIB, a redução drástica do desemprego, a paulatina eliminação da miséria e a elevação dos salários.

Para além dessas realizações de reconstrução do País, temos de agregá-las a outras medidas em um programa cujo objetivo seja a construção de um novo modelo econômico e político que possa encantar corações e mentes. Que seja capaz de entusiasmar as juventudes, afastar o desânimo e o desalento, fazendo bater forte o coração do petismo.

Alianças são fundamentais para termos forças suficientes para implantar esse programa. Não podemos, no entanto, sacrificar nossa identidade ou rebaixar nosso projeto para compor esses acordos, sob o risco de perdermos o apoio e o interesse de nossa base social.

Podemos e devemos propor um conjunto de reformas estruturais. A começar pela reforma do imposto de renda, já apresentada pelo governo, que isenta o pagamento para quem ganha menos de cinco mil reais mensais e que taxa os super-ricos. Mas é premente dar centralidade à luta contra a escala 6 x 1, com redução da jornada para 36 horas semanais sem redução salarial, e à reforma agrária, à construção de uma política de segurança pública que desmilitarize o aparato policial, à retomada do debate sobre a reforma política e à pressão por uma emenda constitucional que ponha fim à histórica tutela das Forças Armadas sobre a nação.

Precisamos também sair das limitações impostas pelo torniquete do arcabouço fiscal, liberando recursos para que o Estado possa investir pesadamente em um novo ciclo soberano de desenvolvimento, sem o qual nosso país pode se converter num enorme fazendão. E, assim, ficar ainda mais frágil diante dos desafios do cenário internacional que vai se formando, em que as principais potências capitalistas abandonam as políticas de austeridade para reforçar sua economia.

Esses passos somente serão possíveis se o PT agir, e convencer o governo para uma aposta na mobilização social. Precisamos voltar a ter um pé nas instituições e outro na organização popular, desencadeando uma legítima e forte pressão, de fora para dentro, sobre o Congresso e o Poder Judiciário. Não apenas agora, para rechaçar as maquinacões a favor da anistia dos golpistas do 8 de janeiro, mas como uma das formas de oferecer governabilidade social ao presidente Lula.

O governo Lula, como sabemos, constituiu-se por meio de uma ampla frente eleitoral. Nele abrigaram-se lideranças e legendas que divergem do nosso projeto estratégico. Temos compromisso em defendê-lo, dentro e fora do Congresso Nacional, mas seus rumos devem ser disputados, como fazem os demais partidos que o integram. Entretanto, o PT não pode se transformar em uma caixa de repetição da administração federal.

Nosso partido, para dar conta de suas tarefas, precisa de uma profunda reforma organizativa, que somente pode ser realizada se nossa linha política puder mobilizar a militância.

Permitam-me repetir um trecho da carta que escrevi à militância petista:

“O PT somente será hegemônico quando, ao lado de cada templo religioso, em cada bairro, houver uma sede partidária aberta às mais distintas atividades políticas, culturais e recreativas. Não basta abriremos comitês somente em época eleitoral, a cada dois anos. Temos que estar inseridos diretamente na vida do povo e de suas organizações.”

Eleito presidente, defenderei a convocação do VIII Congresso do PT ainda no segundo semestre, com poderes de deliberar sobre a linha política, sobre a atualização do programa e também sobre a reforma dos nossos estatutos. Além de estabelecer regras para refrear a burocratização partidária e reforçar nossas instâncias legítimas, entre outras necessidades, precisamos favorecer a reimplantação territorial nos locais de moradia, trabalho e estudo, dando maiores poderes aos núcleos de base, incluindo plebiscitos internos que deliberem sobre as principais questões.

Proponho, ainda, uma “busca ativa” de filiados e filiadas, uma atualização do nosso cadastro e o lançamento de uma campanha financeira de âmbito nacional, a fim de instituímos uma política de autossustentação partidária.

A participação parlamentar e administrativa é fundamental em nossa estratégia, mas nosso partido não pode estar subordinado a mandatos institucionais. A soberania no PT deve ser dos filiados e filiadas, cuja inscrição precisa estar submetida a normas transparentes e condicionada à real inserção na vida partidária.

Para ser coerente com essa posição, de crítica à acumulação de poder e à subordinação do partido aos mandatos institucionais, aviso de antemão que, eleito presidente nacional do PT, abdicarei de renovar minha cadeira na Câmara dos Deputados para dedicar-me integralmente à construção partidária.

Companheiras e companheiros

Já presidi o PT em outras duas oportunidades, no período 1993-1994 e, depois, de 2011 a junho de 2017. Se volto a me apresentar para essa tarefa é porque creio que os próximos anos serão decisivos para o nosso partido e para as classes trabalhadoras. Sob essas circunstâncias, ninguém pode se recusar à máxima colaboração possível.

Sou de uma geração antiga, que foi temperada na resistência à ditadura militar, na clandestinidade e na cadeia. Muitos de nós perderam a liberdade e a vida. Eram tempos difíceis, nos quais a prisão, a tortura e a morte nos rondavam incessantemente.

Aprendemos que a covardia e a acomodação jamais devem ser uma opção.

Por essas lições que a vida foi me dando, sei que devo aceitar novamente a obrigação de concorrer pela presidência nacional do nosso Partido dos Trabalhadores.

Contem comigo, agora e sempre.

Por um PT pela base, reconstruir a esperança.

Muito obrigado.

Via PT